Artigo Dossiê - Centenário de Milton Santos (2026)

Sobre a categoria de formação socioespacial na teoria de Milton Santos

About the category of socio-spatial formation in Milton Santos' theory

Sobre la categoría de formación socioespacial en la teoría de Milton Santos

MARIA LAURA SILVEIRA

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET); Universidad de Buenos Aires (UBA)

Recebido em: 16/03/2026.
Aprovado em: 03/05/2026.
Editoras responsáveis: Mónica Arroyo, Denise Elias e Grace B. Alves

Como citar (ABNT)
SILVEIRA, Maria Laura. Sobre a categoria de formação socioespacial na teoria de Milton Santos. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 22, n. 47, e21309, 2026. DOI: 10.5418/ra2026.v22i47.21309. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/21309. Acesso em: XX mês abreviado 20XX.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY – permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

A Revista da ANPEGE não se responsabiliza por opiniões, ideias e conceitos emitidos pelos autores dos textos, assim como por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que atendem as políticas editoriais e que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela utilização de fotos, imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

RESUMO: Buscamos discutir algumas questões em torno da categoria de formação socioespacial, proposta por Milton Santos em 1977 no contexto do debate das geografias radicais e marxistas. Entendemos essa noção como uma categoria sintética da Geografia que pode ser operacionalizada a partir de categorias analíticas. Para isso analisamos definições de modo de produção e formação social, atentando para suas relações e diferenças e, em seguida, para a articulação entre modo de produção e espaço, o qual permitiu ao autor propor a ideia de formação socioespacial. Em segundo lugar, abordamos a noção vista como totalidade concreta e empírica e as possibilidades de cisão metodológica a partir de categorias como a divisão territorial do trabalho, entre outras. Em terceiro lugar refletimos sobre as características constitutivas da globalização – momento atual do modo de produção – e a nova realidade da formação socioespacial e dos lugares, assim como também sobre as sinonímias com outros conceitos para contribuir ao entendimento e renovação da teoria geográfica nos dias de hoje.

Palavras-chave: formação socioespacial; território usado; modo de produção; espaço geográfico; globalização.

ABSTRACT: This article examines key issues surrounding the category of socio-spatial formation, as proposed by Milton Santos in 1977, within the context of debates in radical and Marxist geographies. We conceptualize this as a synthetic category in Geography, operationalizable through analytical categories. Accordingly, we analyze the definitions of mode of production and social formation, highlighting their relationships and differences, and then consider the articulation between mode of production and space, which allowed Santos to develop the concept of socio-spatial formation. Next, we consider the notion as a concrete and empirical totality and explore possibilities for methodological segmentation based on categories such as the territorial division of labor. Finally, we reflect on the constitutive features of globalization—the current phase of the mode of production—and the evolving realities of socio-spatial formation and places, as well as conceptual overlaps with related terms, to contribute

to the understanding and advancement of contemporary geographical theory.

Keywords: socio-spatial formation; used territory; mode of production; geographic space; globalization.

RESUMEN: Buscamos discutir algunas cuestiones en torno a la categoría de formación socioespacial, propuesta por Milton Santos en 1977, en el contexto del debate sobre las geografías radicales y marxistas. Entendemos esta noción como una categoría sintética de la Geografía, que puede ser operacionalizada a partir de categorías analíticas. Para ello, analizamos las definiciones de modo de producción y formación social, prestando atención a sus relaciones y diferencias, y, posteriormente, a la articulación entre modo de producción y espacio, lo que permitió al autor proponer la idea de formación socioespacial. En segundo lugar, abordamos la noción vista como totalidad concreta y empírica y las posibilidades de división metodológica a partir de categorías como la división territorial del trabajo, entre otras. En tercer lugar, reflexionamos sobre las características constitutivas de la globalización, momento actual del modo de producción, y la nueva realidad de la formación socioespacial y los lugares, así como sobre las sinonimias con otros conceptos, con el fin de contribuir al entendimiento y la renovación de la teoría geográfica en la actualidad.

Palabras clave: formación socioespacial; territorio usado, modo de producción, espacio geográfico, globalización.

Introdução

Proposta na década de 1970, a categoria de formação socioespacial é fundamental na teoria do espaço geográfico de Milton Santos, tanto no momento histórico da sua formulação, como nas reflexões dos seus últimos anos. Neste artigo nos debruçaremos sobre a gênese dessa categoria, sua inserção no sistema conceitual do geógrafo e as possibilidades de operacionalização. Para tanto abordaremos as noções de formação social e formação econômico-social, particularmente a partir da sua relação com a categoria de modo de produção, suas acepções e diferenças.

Nesse contexto da história das ideias, apresentaremos a origem da ideia de formação socioespacial, nascida como resultado da apreensão conjunta do modo de produção, visto como período histórico, e do espaço geográfico, entendido como resultado histórico e elemento constitutivo central na produção de uma história diversa nos países e lugares.

Buscaremos abordar os desafios de cindir uma formação socioespacial – totalidade concreta e empírica – sem mutilar os nexos explicativos da sua constituição, em conceitos operacionalizáveis, tais como a divisão territorial do trabalho, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação, para empreender, a seguir, o esforço de reconstruir essa totalidade a partir do movimento da totalidade maior, isto é, do acontecer solidário da globalização. Também discutiremos as sinonímias de tal categoria com as de espaço geográfico, território usado e espaço banal, propostas por Milton Santos na sua teoria geográfica da sociedade, assim como suas ênfases distintas.

2 Discutindo o modo de produção e a gênese da categoria formação socioespacial

O debate em torno das definições de modo de produção e formação social e da relação entre ambas as categorias têm sido extenso, profundo e inacabado até os dias de hoje. No livro A ideologia alemã, obra escrita em 1846, Marx e Engels (2001) explicavam o processo real de produção e de intercambio ligado ao modo de produção, partindo da produção material da vida imediata e elaborando as já clássicas cinco premissas da existência humana na concepção materialista. A partir daí expressam, de forma sintética, que o processo histórico é a "soma de forças produtivas, de capitais, de formas de relações sociais, que cada indivíduo e cada geração encontram como dados existentes", que "são bastante modificados pela nova geração, mas que, por outro lado, ditam a ela suas próprias condições de existência e lhe imprimem um determinado desenvolvimento, um caráter específico" (Marx e Engels, 2001, p. 36).

Na mesma obra, os autores (Marx e Engels, 2001) elaboravam uma periodização mundial fundada nos diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de propriedade ou, em outras palavras, a possibilidade de reconhecer em cada época um modo de produção. Entretanto, já enxergavam os traços de uma história verdadeiramente universal, como pode observar-se no seguinte excerto:

> Ora, quanto mais as esferas individuais, que agem uma sobre a outra, crescem no curso desse desenvolvimento, e quanto mais o isolamento primitivo das diversas nações é destruído pelo modo de produção aperfeiçoado, pela circulação e a divisão do trabalho entre as nações que disso espontaneamente resulta, tanto mais a história se transforma em história mundial; de sorte que, se inventarem, por exemplo, na Inglaterra uma máquina que, na Índia e na China, roube o pão a milhares de trabalhadores e subverta toda a forma de existência desses impérios, essa invenção torna-se um fato da história universal" (Marx e Engels, 2001, p. 47).

Velha preocupação do saber, os conceitos universais renovam seu significado pelo próprio desenvolvimento material da história. Já Simmel (2006, p. 69-70) asseverou com clareza que "ao longo de toda a história da filosofia

se desenvolvem entremesclados e confundidos, um dentro do outro, estes três conceitos: a universalidade das coisas, a unidade das coisas, a fundamental realidade das coisas".

Não há dúvidas sobre a vocação universal e o peso explicativo que, nesses escritos, ganha a categoria de modo de produção. Contudo, como alerta Sereni (1973) já em 1970, o termo "forma da sociedade" ou "forma social", presente na versão de 1846 de A ideologia alemã, continha de algum modo o conceito de formação econômico-social, o qual vai aparecer explicitamente no prefácio de 1859 da obra Contribuição à crítica da economia política de Marx. Motivo de um longo debate na década de 1970, a opinião de Sereni (1973) assinala a relevância da substituição da palavra "forma" pelo termo "formação", uma vez que significaria uma transição de um vocábulo de natureza estática, mais associado a um estado, para uma expressão dinâmica, vinculada à ação. No entanto, esse pensador italiano (Sereni, 1973) lembra que, para a escola hegeliana, "forma" faz alusão à estrutura íntima das coisas e não tanto à sua forma exterior. Texier (1971) e Labica (1971) retomam, cada um no seu compasso, essa diferenciação de Sereni (1973). Enquanto o primeiro critica a distinção, fundamentando que a ideia de forma designa uma estrutura que não exclui, mas inclui seu devir interno e que a ideia de formação possui dois sentidos, o de processo ou gênese e o de organização ou estrutura, Labica (1971) concorda com Sereni (1973) em tal diferenciação, embora aconselhe não perder de vista o duplo significado de forma e processo inerente ao termo "formação". Para Labica (1971), no livro A ideologia alemã Marx e Engels pretenderam fazer da formação ou da forma social o seu objeto de pesquisa, assinalando o próprio nível onde se constitui como formação, isto é, a produção, ou ainda mais, o econômico.

Mais um debate tem colocado em tensão a adjetivação do conceito "formação socioespacial". Para Sereni (1973) o adjetivo "econômico", acrescentado à formação social, permitiu salientar a importância do modo de produção na formação social, ao tempo que lembra que Lenin havia adotado o termo "formação econômico-social".

Contudo, dois pontos são particularmente relevantes na interpretação de Sereni (1973) sobre o conceito de formação social. Por uma parte, o reconhecimento de que esse conceito haja sido utilizado não só para o processo de formação da sociedade em geral, mas fundamentalmente para o processo de uma determinada sociedade e, de igual maneira, que seja visto como resultado desse processo. Mais longe da ideia filosófica de "substância" de uma época, o pensamento de Marx assinalava os processos pelos quais se diferenciam etapas. Poderíamos pensar que a formação social é um resultado, somente se compreendermos que este é sempre provisório e é apenas um artifício de método para captar um processo inacabado porque, com Jaspers (1980, p. 23), diríamos que se trata de "surpreender a realidade no seu surgimento originário". Por outra parte, reconhecendo a contribuição de Lenin e Labriola e retomando as ideias expressadas por Dzunusov na década de 1960, Sereni (1973, p. 69) afirma que "essa categoria expressa a unidade (e acrescentemos nós, a totalidade) das diferentes esferas: econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade" que, ademais, se expressa "na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade do seu desenvolvimento histórico". Em definitivo, para o pensador italiano a historicidade concreta é sempre unidade e totalidade do processo histórico.

Desse modo, autores como Marx, Lenin e Bujarin, mas também Sereni, Althusser, Goblot, Gerratama e Santos defendem, embora com nuanças, que o conceito de formação social não se refere à "sociedade em geral", mas a uma certa sociedade, uma sociedade determinada e concreta. Na opinião de Glucksmann (1971), Althusser entendia a formação social como um todo complexo estruturado em instâncias, diferenciando historicidades em ritmo distinto.

Mas, a partir de sua já clássica diferenciação entre conceitos teóricos e empíricos, Althusser (1967) propõe distinguir a compreensão do modo de produção e da formação social. Nesta, trata-se de um conhecimento concreto sobre situações possíveis, atuais ou passadas ou aquilo que Marx (2011, p. 21) denomina síntese de uma multiplicidade de determinações: "O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso". Essa síntese é o conhecimento concreto de um objeto. Nas palavras de Althusser (1967, p. 56): "o conceito de modo de produção capitalista é um conceito teórico, e que se refere ao modo de produção capitalista em geral, que não é um objeto existente no sentido estrito (o modo de produção capitalista não existe em sentido estrito; apenas existem formações sociais nas quais domina o modo de produção capitalista), mas que, no entanto, é indispensável ao conhecimento de qualquer formação social sob a dominação do dito modo de produção capitalista".

Para Dhoquois (1971), quem entende que o modo de produção é uma forma pura, um "abstrato real" e não um modelo, uma estrutura da realidade ou um tipo geral, a partir do qual a formação econômico-social permite apreender a complexidade, a diversidade, as variedades "regionais", o concreto da história, discorda da posição althusseriana ao dizer que, fazendo alusão com mais rigor a uma combinação de modos de produção, a ideia de formação econômico-social é um conceito teórico. Coincide Glucksmann (1971) quando destaca como mérito na análise de Sereni (1973) ter revalorizado a categoria de formação econômico-social como uma categoria teórica e não empírica fundamental do materialismo histórico, mas também sublinha que se trata da unidade do todo social, vista no seu funcionamento e no seu processo.

Entendemos que a natureza teórica da categoria formação social é o ponto de vista que defende Gallissot (1971) ao explicar que, sozinha ou adjetivada, isto é, a formação social ou formação econômico-social revela duas acepções diferentes se a considerarmos no singular ou no plural. No primeiro caso, refere-se às realidades sociais gerais que correspondem aos diversos modos de produção e se sucedem ao longo da história, permitindo, por exemplo, falar de formação social capitalista. No segundo caso, trata-se de organizações sociais situadas não apenas historicamente, mas delimitadas territorial e politicamente, de modo que a formação social capitalista ganha rostos diferentes nos países. Esta ideia, cuja riqueza no nosso debate é evidente pela inclusão do território na definição, estaria, entretanto, associando a categoria no singular a aquilo que, para outros pensadores, é o próprio modo de produção.

Mais um matiz que atravessa a discussão é se o modo de produção pode ser visto como algo geral e a formação social como uma particularidade. Já Max Weber em 1904 (2006, p. 68) havia se referido aos "denominados 'conceitos fundamentais' da economia política" dizendo que "unicamente é viável elaborá-los de forma genérica entanto lhes seja atribuído o caráter de tipos ideais", embora também alertasse sobre o perigo de conferir-lhes validez empírica ou supor que são 'tendências' ou 'forças ativas reais'" (2006, p. 71). Para o autor o risco tem sido o de confundir tipo ideal e realidade. Contudo, Schutz (1964, p. 217) explicava que "toda tipificação consiste na igualação de traços significativos" para um propósito particular e que "não há nada que seja um tipo puro e simples", uma vez que "todos os tipos são termos relacionais".

Como mencionamos, Dhoquois (1971) concorda com a ideia de que o modo de produção implica um tipo geral, definido pelas formas de extração da mais-valia ou pelas relações entre burguesia e proletariado, enquanto a formação social apreenderia as combinações de modos de produção. Nessa perspectiva escreve: "toda encarnação do modo de produção compreende especificidades estruturais e conjunturais, que complicam ao extremo e por vezes ocultam o tipo geral, ao mesmo tempo invisível e presente" (Dhoquois, 1971, p. 69). Essa não é a opinião

de Herzog (1971) quando defende que o modo de produção não é um tipo ou um modelo. Salientando a importância do conceito porque representa a unidade, o constante, o invariante de diferentes sociedades e leva a pensar no movimento comum das formas – por exemplo, o ciclo de reprodução do capital – não declina da tarefa de desenvolvê-lo examinando a realidade do movimento das formações sociais específicas, isto é, compreendendo a renovação das especificidades. Para ele (Herzog, 1971, p. 81) "não há movimento unificador sem reprodução, ao mesmo tempo, das especificidades sobre bases novas". De outro modo, corremos o risco de cair num enfoque que entende o modo de produção como essência e as formações sociais como fenômenos.

Na reflexão de Labica (1971) o conceito de formação econômico-social não pode ser pensado sem o modo de produção, mas tampouco pode ser reduzido a ele. Em outras palavras, o modo de produção é a essência ou razão da história real ou a teoria geral da estrutura social, enquanto a formação econômico-social é a teoria da particularidade de uma estrutura social. O primeiro conceito é a essência ou razão do segundo, pois a formação econômico-social refere-se a uma sociedade determinada, à unidade e totalidade viventes das diversas esferas. Próximo a essas ideias parece o pensamento de Godelier (1971) quando afirma que a noção de formação econômica e social se destina à análise de realidades históricas concretas, singulares, captadas no tempo real de um período determinado da história. E acrescenta: "definir uma formação econômica e social é produzir uma definição sintética da natureza exata da diversidade e da unidade específicas das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada" (Godelier, 1971, p. 99). Alguns anos antes, o antropólogo francês asseverava que "a démarche de Marx opera com conceitos, analisa categorias, mas não elabora uma teoria de conceitos, nem uma 'lógica do conceito'. É uma lógica do real, isto é, daquilo que não é conceito, mas o que o conceito busca" e acrescenta "a dialética, como instrumento de análise, transforma-se quando deixa de ser o instrumento de uma démarche especulativa para tornar-se um modo de acesso ao conteúdo da realidade econômica" (Godelier, 1966, p. 124).

Podemos, assim, concluir provisoriamente este debate afirmando que, na sua realidade concreta e dinâmica, o processo histórico nos deixa ver a formação social, a qual faz alusão a uma sociedade historicamente determinada no seu movimento. É aí onde o método dialético pode ser utilizado, entende Godelier (1966, p. 153), uma vez que "a dialética não resulta interna ao conteúdo da teoria senão no momento no qual permite pensar tal ou qual relação concreta histórica, determinada".

No seu artigo de 1977, Milton Santos (1982) lamentava que a Geografia concedesse escassa importância ao papel do espaço em relação à sociedade, já que o espaço era visto particularmente como teatro das ações humanas. Essa disciplina parecia, entretanto, mais preocupada com as formas das coisas que com sua formação e tal visão cristalizada não permitia a intervenção da história, impedindo compreender o espaço, que é social. Santos (1982, p. 10) propunha então a utilização da categoria formação econômica e social para auxiliar na elaboração de uma teoria do espaço porque se referia à "evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso".

Nesse quadro de reflexão, o geógrafo brasileiro (Santos, 1982) reafirma que a produção – o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço que encontra – é a base da explicação desse espaço assim redefinido. Mas ele também se pergunta se poderia continuar utilizando a categoria formação econômica e social sem incluir a categoria espaço. Persistir nessa carência significaria, continua o geógrafo brasileiro (Santos, 1982), aceitar o erro da interpretação dualista homem-natureza. A ideia de pensar uma categoria de "formação econômica, social e espacial" relaciona-se com o reconhecimento do espaço como instância, tal

como o expressa no seu livro de 1978, ocasião na qual critica também aos teóricos marxistas por excluir o espaço quando definem as instâncias da estrutura social1 (Santos, 1986). Nas suas palavras:

> Ora, o espaço, como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução (Santos, 1986, p. 145).

A partir daí Milton Santos (1982) utilizará o termo formação econômica e social ou formação socioespacial para referir-se a uma categoria capaz de apreender, ao mesmo tempo, uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, permitindo a elaboração de um conhecimento específico num determinado momento da evolução. Vale lembrar que o pensamento dialético

> não avança jamais em linha reta porque toda verdade parcial não ganha seu verdadeiro significado senão pelo seu lugar no conjunto, do mesmo modo que o conjunto não pode ser conhecido sem o progresso no conhecimento das verdades parciais. O caminho do conhecimento surge assim como uma oscilação perpétua entre as partes e o todo que devem iluminar-se mutuamente (Goldmann, 1985, p. 15).

Daí que a conformação de um pensamento dialético sobre o espaço teria muito a ganhar utilizando a categoria formação socioespacial.

Coincidindo em que a formação social expressa a unidade e totalidade das diferentes esferas na continuidade e descontinuidade do seu desenvolvimento histórico, Santos reforça duas virtualidades oferecidas por essa categoria: de um lado, põe de manifesto a especificidade em relação com outras manifestações do modo de produção e, de outro, permite apreender o particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. Por isso o geógrafo brasileiro afirma que "a distinção entre modo de produção e formação social aparece como necessidade metodológica", a partir da qual a primeira categoria seria o "gênero" e a segunda a "espécie" (Santos, 1982, p. 13). E acrescenta: "o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada" (Santos, 1982, p. 13).

Nesse movimento totalizador – modo de existência da formação socioespacial – podem ser reconhecidos elementos, que são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo, isto é, do modo de produção dominante. Poderíamos acrescentar que, por essa razão, a região não poderia ser entendida como uma realidade isolada nem tampouco como resultado de uma formação social regional num sentido estrito. No entanto, é aconselhável atentar para o importante esforço de recopilação e interpretação sobre os desdobramentos da utilização dessa categoria, realizado por Pereira (2023), a partir do qual ele reconhece novas definições e aplicações da categoria entre os geógrafos brasileiros.

Contemporâneo desse debate, Vieille (1974) também insiste no papel do espaço já que, vinculado às relações de produção, não é apenas um efeito, isto é, não resulta de uma projeção dos mecanismos do capitalismo, mas de

---

[1] Nessa mesma obra, Santos (1986, p. 147) questiona a ideia de Castells de ver o espaço como uma estrutura subordinada, alertando que "nenhuma relação dialética pode excluir da ação um dos seus componentes. Desse modo nos recusamos a imaginar que possa haver estruturas cujo movimento subordinado seria devido exclusivamente às determinações econômicas". É também no mesmo livro que salienta a contribuição de Lefevbre, quando o autor francês sugere a elaboração de uma economia política do espaço, que não seja uma mera economia das coisas no espaço, mas da produção das coisas.

uma dimensão do seu desenvolvimento. Daí que o espaço contribui a produzir, reproduzir e transformar os modos de produção. É uma dimensão ativa do devir das sociedades. O peso explicativo do espaço resulta visível nas ideias de Massey (1987), quando ela afirma que, por trás das grandes mudanças entre divisões espaciais do trabalho dominantes no interior de um país, existem mudanças na organização espacial das relações capitalistas de produção, no desenvolvimento e reorganização do que denomina estruturas espaciais de produção.

Cerca de uma década antes, em 1978, no 3° Encontro Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em Fortaleza, quando vivia-se, em palavras de Ruy Moreira (2007, p. 24), "um estado de grande ebulição", a categoria de formação social despontava como uma das categorias chave para renovar o corpus da disciplina. Foi o momento no qual Milton Santos apresentou seu livro Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica, permitindo, como explica Moreira (2007), que a noção de historicidade do espaço seja internalizada na nossa disciplina. Nessa obra, Santos retoma a categoria de formação socioespacial, proposta no seu artigo em Antipode em 1977, como bem assinala Vasconcelos (2020), no livro O universo conceitual de Milton Santos, lembrando-nos, ao mesmo tempo, que para Santos é fundamental não confundir formação social com sociedade total2.

Por ocasião do encontro de Fortaleza e em sintonia com o debate da época, Gonçalves (2017, p. 23-24) assinalava, na sua comunicação, que "o espaço pensado através do conceito de Formação Social emerge como o lugar onde a sociedade se constrói, forjando as características dos lugares". A importância do espaço, visto sempre como resultado da história, tem sido uma preocupação de larga data para Moreira (2007, p. 67), quem argumenta que "a formação espacial é a própria formação econômico-social em sua expressão espacial, contendo a estrutura e as leis do movimento desta".

Na opinião de Moraes (2013, p. 47), "a opção pela adoção de tal conceito aparece no texto [Por uma Geografia Nova] como diretamente proporcional à rejeição dos conceitos tradicionais da geografia, postos como responsáveis pela 'perda de objeto' do campo disciplinar". A partir de uma exaustiva pesquisa teórica, Pereira (2023) nos oferece um quadro pormenorizado da gênese da categoria de formação socioespacial na teoria de Milton Santos, os contextos históricos do seu surgimento, a ausência desta contribuição nos debates dos geógrafos franceses e a presença em algumas reflexões no mundo anglo-saxão. Do mesmo modo, o autor (Pereira, 2023) considera que, na sua proposição original, a categoria tem a virtude de pôr em relação quatro aspectos centrais para o debate da disciplina: processo, teoria, método e escala. Em torno deste último conceito, Machado, Costa e Santos (2024), ao refletir sobre o paradigma da formação no pensamento social brasileiro, reconhecem que a escala nacional tem sido privilegiada na definição de formação socioespacial cunhada por Santos, em razão de abrigar o ente político-territorial do Estado-Nação.

Nesse diapasão, Santos (1982) afirma que a totalidade abstrata, que é o modo de produção, se realiza na totalidade concreta, que é a formação social, a partir de uma metamorfose na qual o espaço é central: "os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada" (Santos, 1982, p. 14).

---

[2] *Antipode*, *Herodote* e *Espace et Temps* constituíram importantes veículos de divulgação das denominadas geografias radicais nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil, o *Boletim Paulista de Geografia* foi um periódico central na difusão da geografia crítica. Cabe mencionar também o papel dos dois primeiros encontros de geógrafos latino-americanos, realizados nas cidades de Salto (Uruguai) e Neuquén (Argentina) na primeira metade da década de 1970, como âmbitos de debate no processo de renovação da disciplina.

Dessa maneira, as relações entre modo de produção e espaço revelam que o novo modo de produção se realiza incompletamente sobre os velhos modos de produção, evidenciando que a história espacial é seletiva. É assim que as relações entre espaço e formação social "se fazem num espaço particular e não num espaço geral" (Santos, 1982, p.15). Em outras palavras, a realização prática de um momento da produção supõe um lugar próprio, que depende tanto das necessidades da formação social como das características do lugar. Continua explicando o intelectual brasileiro (Santos, 1982) que cada combinação de formas no lugar representa um atributo produtivo, uma virtualidade ou uma limitação e que a função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, de todas as funções da formação social sobre o espaço. Por essa razão são formas-conteúdo (Santos, 1986), um conceito híbrido que parece mais apropriado para abordar a complexidade do presente. Aqui podemos fazer próprias as palavras de Simmel (2002, p. 95) quando escreve que "em cada fenômeno social o conteúdo e a forma sociais constituem uma realidade unitária. A forma social não pode atingir uma existência se ela for desligada de todo conteúdo; do mesmo modo que a forma espacial não pode subsistir sem uma matéria da qual ela seja forma".

Foi Lenin quem mostrou os aspectos através dos quais podemos ver o domínio de um modo de produção numa formação social concreta, isto é, os vestígios que são imbricações do antigo e do novo num todo social heterogêneo, a coexistência de formas e a diversidade infinita de formas na transição e surgimento de dois sistemas com formas mistas (Glucksmann, 1971). Entretanto, poderíamos retomar as ideias de Merleau-Ponty (1974, p. 14) quando explica que "o saber nunca é categórico, sempre segue sendo-o sob benefício de inventário" porque se "as perguntas partem de nós mesmos, as respostas não podem, por princípio, esgotar uma realidade que não as esperou para poder existir".

Ponto central na elaboração de Sereni (1973), a unidade na continuidade e descontinuidade da formação social encontra, na interpretação de Santos (1982), sua realização no espaço. As variáveis particulares evoluem em ritmos diversos, provocando defasagens, mas essa dinâmica se opõe ao funcionamento simultâneo das variáveis no presente da sociedade. Como ensina Santos (1982, p. 17): "a assincronia está na base da evolução espacial, mas o fato de que variáveis agem sincronicamente, isto é, em ordem combinada no interior de uma verdadeira organização, assegura a continuidade do espaço". Esse movimento combinado entre assincronia das histórias particulares e sincronia de vida do conjunto das variáveis existe no espaço e pelo espaço, completa Santos (1982). Em outras palavras, o espaço revela que o processo histórico é um movimento único de continuidades e descontinuidades e daí sua centralidade na formação social. De outra perspectiva, Labica (1971) defende que a função teórica do conceito de formação econômico-social consiste em explicar as condições infraestruturais de uma determinada sociedade e conclui que, de outro modo, não se alcançaria a inteligibilidade da formação social como conjunto de instâncias articuladas entre si.

Por isso os objetos geográficos, cujas localizações obedecem a certos objetivos de produção de um período determinado, influenciam, em seguida, os momentos seguintes da produção. Em meados do século XX, Arendt (2005, p. 97) refletia: "esta durabilidade dá às coisas do mundo sua relativa independência com relação aos homens que as produzem e as usam, sua objetividade que as faz opor-se, 'resistir' e suportar, pelo menos por um tempo, as necessidades e exigências vorazes dos seus usuários vivos". Por ser uma matéria assim trabalhada, o espaço tem uma "inércia dinâmica" (Santos, 1982; 1986). No entanto, essa inércia perfaz-se porque à materialidade se acrescentam, indissociavelmente, as ações e as normas como elementos constitutivos do espaço.

A formação socioespacial poderia ser entendida como uma história paralela das coisas e das ações, que se inicia com a transformação da natureza e a torna uma nova base material, cujo papel na evolução de uma dada sociedade é inegável. É uma obra de permanente reconstrução do espaço herdado de gerações precedentes, por meio de diversas instâncias da produção (Santos, 1986). Mas, no final do século XIX, Durkheim (1985, p. 132-133) já podia escrever: "a vida social é uma série ininterrompida de transformações que são paralelas a outras transformações nas condições de existência coletiva" e acrescentava que "uma sociedade não cria todas as peças da sua organização: as recebe em parte completamente feitas das sociedades que a precederam" (Durkheim, 1985, p. 135). Schutz (1964) esclarece a questão ao afirmar que o homem nasce num mundo físico e sociocultural já existente, um mundo pré-constituído e pré-organizado – cuja estrutura específica advém do processo histórico – e, por essa razão, é diferente em cada cultura e em cada sociedade. Em sintonia com essa reflexão encontramos o pensamento de Isnard (1982, p. 25) quando afirma que "não há sociedade sem um espaço que lhe seja próprio, no qual as gerações se sucedem numa continuidade tal que se realiza uma identificação entre um povo e um território".

A ideia de uma sucessão contraditória e conflitiva de formas-conteúdo está na base do pensamento de vários autores. Para Milton Santos (1999, p. 6) "a vida social, tomada como um todo, se caracteriza pela incessante renovação das forças produtivas e das relações de produção, isto é, dos modos de produção. Cada modo de produção constitui uma etapa na produção da história e se manifesta pelo aparecimento de novos instrumentos de trabalho e novas práticas sociais". Hoje, "o modo de produção tende a ser único", mas "a ação sobre os diversos territórios desse modo de produção tendencialmente único passa pela mediação das formações sociais constituídas sob a égide do estado nacional" (Santos, 1999, p. 6). Esse "modo de produção global" é um dado explicativo muito importante da realidade geográfica atual (Santos, 1999, p. 7) porque leva à implantação de uma técnica única em lugares diversos e singulares.

Em consequência, o modo de produção faz alusão a uma ordem histórica que envolve a quase todos os países, razão pela qual poderia ser associado à ideia de período, isto é, um período mundial. Pela sua vez, a formação socioespacial refere-se à combinação particular e concreta, em outros termos é uma ordem espacial de objetos, paralela a uma ordem econômica, social, política, cultural e simbólica. Esse conjunto articulado de ordens atribui um valor próprio às coisas, pessoas e ações. Por essa razão, "fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país" (Santos, 1996, p. 107). Numa discussão sobre a necessidade de compreendermos a escala em Geografia como escala de tempo, o geógrafo escreve:

> O tempo da divisão do trabalho vista genericamente seria o tempo do que vulgarmente chamamos de Modo de Produção. Aqueles elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo, à qual se referem, para serem contabilizados, os tempos relativos aos elementos mais "atrasados", heranças de modos de produção anteriores. Visto em sua particularidade – isto é, objetivado – e, portanto, com sua cara geográfica, o tempo, ou melhor, as temporalidades, conduzem à noção de formação socioespacial (Santos, 1977). Nesta, os diversos tempos concorrentes trabalham conjuntamente e todos recobram sua completa significação a partir desse funcionamento e dessa existência conjunta (Santos, 1996, p.110)

De modo que não se trata simplesmente de uma adjetivação diferente dessa categoria fundamental do materialismo histórico. A expressão "socioespacial" é muito mais do que um adjetivo ou uma forma de apelar à brutalidade do conceito, como assinala Paul Valéry, mas de compreender que não há um processo de formação da sociedade em geral nem tampouco há um processo de formação de um espaço em geral. É um processo de formação paralelo de uma sociedade e de um espaço historicamente determinados. Isto permitiria superar a generalidade da

ideia de modo de produção e pensar a especificidade da formação social que é o espaço, incluindo os conteúdos constitutivos materiais e imateriais, isto é, os objetos e as ações.

Por essas razoes, poderíamos dizer, com o filósofo Tarde (1895), que quando necessitamos um termo para expressar uma generalização nova temos apenas duas opções: o neologismo, se não é possível fazer de outro modo ou, o que vale muito mais, a extensão de um antigo vocábulo. Althusser (1967) também chamava a atenção para a importância de expressões compostas, uma vez que sua conjunção particular produz um significado novo. Esse é o caso da formação socioespacial.

3 Formação socioespacial: dos eventos à totalidade concreta

Na busca de uma visão totalizadora do mundo a partir da Geografia e de suas respectivas categorias, poderíamos aceitar o conselho de Merleau-Ponty (1974), quando assevera que não se trata de dominar o todo como o filósofo hegeliano, mas de estar comprometido numa tarefa de totalização, isto é, compreender que nenhum fato ganha todo o seu sentido se não estiver relacionado aos demais. Também Lukács (in Merleau-Ponty, 1974, p. 38) nos ajuda nessa tarefa ao fornecer-nos o conceito "totalidade da empiria" para nomear não a todos os seres possíveis e atuais, mas o conjunto coerente de todos os fatos que conhecemos. No entanto, por vezes, é "o grande número de variáveis e a extrema sensibilidade de algumas delas que nos obrigam a estabelecer formulações aparentemente teóricas. Tais formulações, todavia, não são nem dedutivas nem gratuitamente abstratas" (Santos, 1978, p. 11). E, nesse exercício, resulta impossível deixar de considerar as ideias de Sartre (1979), quando propõe ver a totalização como um processo – uma totalidade fazendo-se através dos eventos – e a totalidade como produto provisório – um conjunto de existências, uma facticidade – que tem, também, um papel ativo porque condiciona o exercício das ações.

Poderíamos dizer que a totalização é o processo histórico ou processo de formação social, enquanto a totalidade é a existência produzida, isto é, um momento da formação social, sinônimo de território usado. É interessante mencionar aqui uma das conclusões de Moraes (2013, p. 116) ao analisar o pensamento de Milton Santos nos livros Técnica, Espaço e Tempo (1994), A natureza do espaço (1996) e Por uma outra globalização (2000): "em todos estes trabalhos, o território é basicamente identificado como um espaço de atuação estatal, de enquadramento na escala nacional, enfim, é visto como um país ou ainda uma formação socioespacial. A sinonímia destes termos é defendida em várias passagens do autor [...]".

Desse modo a formação socioespacial nos permite extrair um método do real, já que essa categoria nos conduz a uma totalidade concreta, isto é, à ordem que as coisas têm, à distribuição das coisas e seus nexos. Tal como recordado por Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2011) ao analisar a obra de Marx, a totalidade concreta é uma totalidade pensada, um concreto pensado, um produto do pensamento, mas não como um conceito que se engendra a si mesmo senão como produto da elaboração das percepções e representações em conceitos. Kosik (1976, p. 40) ilumina a questão ao assinalar que a totalidade concreta "significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo"3. Reconhecendo que as categorias são inicialmente universais abstratos

[3] Para Kosik (1976, p. 42) "a compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo *se cria a si mesmo* na interação das partes".

que se transformam em universais concretos, Corrêa da Silva (1986, p. 26) explica que "os universais concretos contêm a objetividade da existência, porque são concreções de particularidades e singularidades concretas".

Todavia, a formação socioespacial é também uma totalidade empírica porque não é uma ordem idealista, própria do espírito, mas uma totalidade real, histórica. Não se trata de imaginar, como assinala Merleau-Ponty (1974, p. 46), que "o desenvolvimento da história esteja subordinado a uma essência eterna da sociedade", mas que os momentos "encadeiam-se uns com outros, respondem-se entre si, constituem progressivamente um único acontecimento". Por essa razão, não podemos imaginar que todos os problemas estejam resolvidos antecipadamente, é necessário encontrar categorias analíticas que possam captar a totalidade como, por exemplo, a divisão territorial do trabalho.

A categoria formação socioespacial resulta apta para apreender a unidade na diversidade, pois o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como um resultado. É Simmel (2006, p. 38) quem escreve que para a ordem da caótica justaposição, confusão e sucessão de elementos, isto é, para o princípio criador de um mundo inteligível, não possuímos outra expressão que a unidade do múltiplo. E acrescenta (Simmel, 2002, p. 94) que não poderíamos chamar de uno ao mundo se cada parte não influísse de algum modo sobre as demais, se em algum ponto se interrompesse a reciprocidade das influências.

Contudo, a totalidade concreta sempre é incompleta porque é somente o conjunto das possibilidades realizadas. Daí a necessidade da crítica, isto é, a análise que permite reconhecer o que existe e o que não existe para atingir uma economia política do território usado (Santos, 1994; Santos e Silveira, 2001; Silveira, 2011). No presente, é fundamental reservar-nos o direto a essa crítica evitando, como asseverava Guillebaud (1995), as certezas encerradas sobre si mesmas, os absolutos que acabam com o vagabundear do pensamento, para não tornar-nos "cães de guarda", segundo a expressão de Paul Nizan, isto é, pretensos intelectuais comprometidos com o poder e não com a verdade.

A análise supõe uma divisão que implica, entretanto, um desafio fundamental que significa cindir sem mutilar os nexos. Nesse caminho complexo, Husserl (1990, p. 87) nos lembra que a fenomenologia procede determinando e diferenciando o sentido. E acrescenta esse filósofo que a fenomenologia compara, diferencia, enlaça, põe em relação, separa em partes ou em momentos. Longe de ser dedutiva, sua particularidade é o método intuitivo. Talvez desse modo possamos compreender, com Morin (2001), que apesar de que nossa civilização e nosso ensino privilegiaram a separação e a análise, o processo de conhecimento é circular, transitando da separação à união e vice-versa, da análise à síntese e da síntese à análise.

A cada momento histórico, em cada etapa da formação socioespacial, vemos que a redistribuição de instrumentos técnicos de trabalho, capitais, pessoas e empregos depende não apenas das novidades do período, mas também das heranças do território usado. O estudo dessas formas materiais e organizacionais existentes nos lugares, a partir de conceitos necessariamente definidos e atualizados, permitirá que elaboremos uma verdadeira economia política. Mas essa redistribuição de funções sobre formas pré-existentes não se explica pelas variáveis de uma porção do território, mas pela evolução do todo socioespacial e suas variáveis como a população total e a população urbana, o direito positivo, as taxas de juros, as infraestruturas e demais forças produtivas, entre tantas outras. No momento seguinte, uma nova totalidade, isto é, uma nova ordem de coisas e organizações revela que as frações recebem diferentes papéis, mudam as qualidades e quantidades, numa combinação entre formas herdadas e novas funções.

Em consequência, a formação socioespacial significa reconhecer o movimento conjunto e contraditório do todo e das partes através da totalização, que é a história. Poderíamos pensar, com Maffesoli (1997, p. 158), que "quiçá o próprio da realidade social seja precisamente apoiar-se na tensão dos elementos heterogêneos. O interesse da apresentação, da descrição, é dar conta dessa tensão, que alguns tem podido chamar o 'contraditorial' (S. Lupasco, G. Durand), sem intentar resolvê-la". A totalidade torna-se uma outra totalidade por um processo de fragmentação, de diluição das coerências e de recomposição ou, em outras palavras, um movimento pelo qual o uno torna-se múltiplo e o múltiplo torna-se uno. O múltiplo está dado pelos fragmentos, as frações, os objetos, as organizações que pertencem à totalidade ou período anterior e aparecem como heranças que condicionam as ações do novo período. Fenomenologia é, portanto, reconstruir analiticamente esse processo de totalização-totalidade. Ou, como explica Massey (2008), multiplicidade e espaço são co-constitutivos. Daí que, no período da globalização, a unicidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor coexistam com a extrema diferenciação geográfica.

Nessa direção, a formação socioespacial é uma categoria que poderia levar-nos à superação de dialéticas incompletas como tempo-espaço ou sociedade-natureza, fundadas na lógica dos conceitos puros. Seguindo a Heidegger (2003) poderíamos dizer que, se há um espaço e um tempo, na origem do processo não existiam como tais, pois o ser só pode ser apreendido na perspectiva do tempo e o ser-aí é, ao mesmo passo, temporal e espacial. Vivemos um tempo no qual a necessidade de encontrar categorias que se neguem entre si para gerar uma nova categoria tornou-se imperiosa. Uma nova síntese poderia resultar do movimento no qual sociedade e espaço negam-se entre si para confluir na noção de formação socioespacial. Aí forma e conteúdo, como quer Simmel (2002), constituem uma realidade unitária.

Em decorrência, a formação socioespacial é um conjunto de formas e eventos, de objetos e ações. Os eventos são unidades significativas do tempo, cuja transcendência não está regida pelo relógio ou pelo calendário, mas pelo seu significado social, seu sentido e sua capacidade de mudar a trama da história (Santos, 1996). Constituem o processo de totalização, que permite reconhecer a unidade, e provocam o múltiplo, observável no diverso e na descontinuidade. São as ações e seus resultados, as formas. A cada evento a forma se reorganiza, muda seu conteúdo e sua extensão. Por isso não há eventos sem agentes, mas tampouco há eventos sem formas, materiais e imateriais, porque estas são sua condição de existência (Santos, 1996). Aqui a reflexão de Maffesoli (1997) resulta particularmente pertinente quando afirma que a forma é formante e não formal. De tal modo, poderíamos asseverar que sem espaço não há história porque ele é sua condição de existência. É a formação socioespacial.

Num dos seus belos escritos, Vallaux (1929) assinala que a Geografia pode ser entendida como uma ciência de formas e coisas concretas e que, nesse mundo das coisas concretas, o espaço e o tempo nunca estão separados, enquanto Sauer (2000) sublinhava que as formas atuais podem derivar de formas passadas. Quando o filósofo Berger (1964) explica que a interpretação correta dos eventos do mundo supõe o estudo daquilo que é seu testemunho e que participa da sua produção, nos inspira a pensar que esses testemunhos são sobretudo formas. Portanto, as formas têm um papel constitutivo na produção da existência por meio dos eventos. E o território usado não é outra coisa que uma grande forma e um conjunto de formas, cujo papel constitutivo na produção do momento sucessivo da formação socioespacial é inegável.

Sobre as formas materiais, culturais, organizacionais, normativas realizam-se os eventos, de modo tal que, como explica Santos (1996), as formas asseguram a continuidade do tempo, mas o fazem a partir dos eventos que mudam o sentido daquelas. Indissociáveis, formas e eventos constituem a formação socioespacial. Sobre um

espaço herdado se realizam os eventos presentes, mas o que está por trás do fenômeno percebido e pode ser compreendido pela análise é um acontecer. As palavras de Simmel (2006, p. 102-103) iluminam a dialética entre as formas herdadas e as ações presentes: "o ser só pode radicalmente dissolver-se no devir quando se deixa a cada ser, determinado como tal, permanecer ligado ao seu oposto que pode ser solucionado por meio de um processo ou acontecer". Esse é o processo de formação socioespacial, demandante de um método que, incluindo as categorias necessárias, permita, ao mesmo tempo, cindir e apreender o acontecer, isto é, o movimento.

Por essa razão, propomos pensar a formação socioespacial a partir de categorias como divisão territorial do trabalho, circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, entre outras (Santos, 1988; 1994; Santos e Silveira, 2001), que contribuiriam na formulação de um esquema de método pertinente, coerente e operacional. Resumidamente poderíamos dizer que a divisão territorial do trabalho é a repartição das etapas do trabalho no território nacional como resultado do processo da divisão internacional do trabalho, que é o processo de produção no seu sentido mais amplo. Num território nacional configuram-se regiões produtivas, cujo grau de especialização e distância dos centros depende da possibilidade técnica de dividir o processo produtivo e do desenvolvimento dos transportes e comunicações, mostrando, como já afirmava Gottmann (1947), que a circulação dos homens e de seus produtos é a grande dinâmica humana. A totalização origina os fragmentos. Concomitantemente faz-se necessário unificar os processos produtivos por meio do que, em termos marxistas, chamaríamos de cooperação. Desse modo, diferenciamos dois conceitos: por um lado, os circuitos espaciais de produção, que são as etapas da produção material desde a matéria prima até o produto finalizado e, por outro, os círculos de cooperação, que são as etapas imateriais necessárias à produção como finanças, patentes, informação etc. Interrelacionados, os fragmentos compõem uma totalidade concreta. Causa e consequência desse processo amplo de produção fundado no fenômeno técnico, a urbanização revela as especificidades da formação socioespacial. Esse é o processo de análise ou cisão, com base na história do presente, buscando ver as coisas e, além delas, as relações.

4 Globalização, acontecer solidário e formação socioespacial

A busca permanente de sentido num mundo que se transforma aceleradamente nos pede escapar do que Flaubert (Maffesoli, 1997, p. 150) exprimia como "a raiva de querer concluir". Entretanto, poderíamos afirmar que o período atual, denominado globalização, é também o momento financeiro do modo de produção capitalista. Neste tempo histórico, os eventos nascem interdependentes, permitindo reconhecer um acontecer solidário:

> que define um subespaço, região ou lugar. A noção, aqui, de solidariedade, é aquela encontrada em Durkheim e não tem conotação moral, chamando a atenção para a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum. Esse acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares, se apresenta sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico (Santos, 1996, p. 132).

Assim, o acontecer hierárquico ganha significado pelo fato de provocar tendências constitutivas: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor (Santos, 1996; 2000). A unicidade da técnica significa que é a primeira vez na história da humanidade que um sistema técnico, cuja base é a técnica da informação, envolve o planeta, como realidade ou como parâmetro de valor para as demais técnicas. A existência dessa nova base técnica interdependente torna possível que os agentes globais dissociem os processos produtivos e unifiquem o comando de tais processos, ampliando a divisão do trabalho e a respectiva cooperação. O resultado

é a elaboração de um produto global. Mas, além disso, a significativa densidade técnica do espaço geográfico contemporâneo leva à necessidade de um controle coordenado dos objetos e seu uso.

A convergência dos momentos é a possibilidade de conhecer de maneira instantânea o que acontece em outro lugar da Terra e de transmitir ordens e informações, graças à base técnica unificada. A produção do denominado tempo real tem uma significativa consequência histórica que é a interdependência do devir e a ampliação dos contextos. Portanto, a história torna-se verdadeiramente universal. Estamos assim em face de novas interpretações e usos do tempo que Ribeiro (2012, p. 114) entende como "uma temporalidade amplificada por ramificações da técnica que refazem o meio, as mediações e os mediadores, transformando conteúdos e formas socioespaciais".

Por fim, a unicidade do motor faz alusão à mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo e da informação, realizada por um conjunto limitado de empresas globais em ferrenha concorrência, capazes de apropriar-se da mais-valia mundialmente produzida. As políticas das empresas valem-se de poderosos discursos que lhes fornecem legitimidade e da base normativa dos Estados, que foi transformando-se da denominada desregulação às atuais micro intervenções das que fala Sassen (2010), enquanto hoje assistimos, mais uma vez, a grandes transformações como privatizações e alterações nos quadros tarifários internacionais, que desafiam às formações socioespaciais do Sul (Arroyo, 2022). Desse modo, os agentes globais perfazem a integração financeira.

Contudo, essas tendências não se perfazem sem o concurso do acontecer complementário e do acontecer homólogo, que permitem explicar as transformações nas redes urbanas, nas cidades e no campo, como partes dinâmicas da totalidade socioespacial.

Dados constitutivos do acontecer solidário próprio do período, essas unicidades são também tendências, o que revela que as modernizações são sempre seletivas pelo impulso que as comanda. Os eventos levam o novo a alguns lugares, mas não os homogeneízam. Em outras palavras, poderíamos dizer que os aconteceres são vetores das tendências e seu oposto dialético. As existências que resultam desse movimento contraditório são formas materiais e imateriais que compõem a universalidade empírica, embora a modernização seja seletiva. Daí a tensão dos processos.

Essa tensão se explica pelas rugosidades e eventos produzidos pela formação socioespacial que se encontram com o acontecer global. Em outros termos, os eventos do período da globalização são mediados pelo Estado e o direito, pela configuração territorial existente, pela organização da economia, da técnica e do trabalho, por um certo tamanho demográfico e um grau de urbanização, por uma divisão territorial do trabalho entre regiões, em definitiva, pelo território usado de uma nação.

Mas o locus de sua realização é o lugar. Por isso, este age também como uma mediação. O cotidiano, que só existe no lugar, lhe dá corporeidade ao período, ao modo de produção, ao vê-lo como mundo. As existências constituem o território tal como hoje é utilizado nas suas frações, que são as regiões e lugares, cujas coerências diluem-se cada dia face aos novos eventos.

Todavia, quais os nexos entre a totalização e a totalidade? Entre o mundo, a formação socioespacial e o lugar? Que nexos existem, por exemplo, entre a unicidade da técnica e a modernização das atividades nos lugares? O acontecer hierárquico resulta da tensão entre a unicidade das ordens e o trabalho realizado em outro lugar, isto é, as ordens centralmente geradas impõem aos lugares objetos e formas de trabalhar com tendência a ser únicos. O acontecer complementar revela as novas relações que existem entre frações da formação socioespacial, como por exemplo, entre a cidade e o campo ou diferentes áreas da cidade entre si. Em outras palavras, as

complementariedades entre as frações do espaço põem em tensão os comandos centralizados e, ao mesmo tempo, os realizam. Por fim, o acontecer homólogo é o trabalho realizado no lugar a partir tanto das ordens como das complementariedades. Por isso existe aí uma certa homogeneidade. A partir das existências que, na realidade, nos aparecem como fragmentos, poderíamos reconstruir esses aconteceres que são os processos da formação socioespacial. Tratar-se-ia de um exercício fenomenológico.

Não podemos deixar de assinalar as permanentes tensões entre: a lógica dos fragmentos que se esvaziam de sua função anterior embora permaneçam como formas; os lugares e a formação socioespacial; a formação socioespacial e o período ou modo de produção; os eventos da globalização – comandados por agentes capazes de criar uma extensão planetária – e as formas nos lugares. Como resultados dessas tensões, encontramos a modernização seletiva, a diferenciação geográfica, a valorização desigual.

As frações, fragmentos, formas, particularidades, tais como um objeto técnico, uma norma, uma lei, uma técnica de ação, uma ideologia sucedem à totalidade defunta e precedem a totalidade atual (Santos, 1996). Como explica Gottmann (1979, p. 40) "para organizar a divisão do trabalho, o pensamento, o mundo teórico, se torna indispensável e sua existência, mesmo rudimentar, condiciona toda cooperação. Só há cooperação onde há pensamento e vice-versa". Aqui entra também a ideologia porque é um nível da totalidade social e cada nova divisão do trabalho ou cada transformação social representa uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos para os fabricantes de significado (Santos, 1996). Nesse momento, para os demais, torna-se impossível entender processos e encontrar sentidos (Santos, 1996) porque, como afirma Merleau-Ponty (1974, p. 47), "o sentido da história está ameaçado então a cada passo e tem necessidade de ser reinterpretado sem cessar".

5 Conclusões

Na sua natureza de categoria relacional, a formação social não pode nunca, nos estudos geográficos, ser desassistida do modo de produção. Na sua condição de categoria sintética na Geografia, a formação social não pode ser dissociada do espaço.

Todavia, uma e outra categoria demandam um esforço permanente de teorização, isto é, a necessidade de preenchê-las dos conteúdos do presente, de modo que sejam aptas para retratar o mundo e o país como eles são hoje. A coerência de uma disciplina ou de qualquer interpretação só pode ser alcançada no momento em que as categorias tornam-se capazes de apreender os processos que, sendo novos, são externos ao significado herdado de tais categorias. É assim que estas serão operacionais porque apreenderão o real com pertinência.

Hoje, o modo de produção é, como afirma Milton Santos, técnico-científico-informacional (1999) e, também, financeiro, já que a finança é hoje uma variável determinante e dominante do período atual. Graças à interdependência dos eventos contemporâneos – o acontecer solidário – o modo de produção globalizado vai transformando, a cada momento, a formação socioespacial.

No entanto, a facticidade do presente, conteúdo do território usado ou do espaço geográfico, oferece condições desiguais para tal realização. Por isso revela seu papel ativo, uma vez que tem capacidade de acolher ou recusar as tendências da globalização. Não se trata, portanto, de uma facticidade inerte, de um trabalho morto apenas, mas de um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações presentes, a serem modificados por um novo acontecer hierárquico, complementar e homólogo. Em outras palavras, é o território usado e o território sendo usado no processo de realização seletiva do modo de produção. De tal modo, tempo e espaço constituem uma condição unitária de existência, que pode ser chamada formação socioespacial. E, em tanto

condição de existência, o espaço geográfico ou território usado poderia ser compreendido como todo o espaço e como o espaço de todos, isto é, o espaço banal. Não é somente o espaço de algumas atividades ou aspectos nem o espaço de alguns grupos. É um espaço também transformado por um cotidiano diverso que dá forma aos lugares. É o espaço de todos os agentes, todos os trabalhos, todas as técnicas.

Poderíamos concluir, talvez, expressando que a formação socioespacial pode ser vista como uma categoria sintética e relacional que permite propor e desdobrar categorias analíticas para compreender o presente e enfrentar o futuro, assim como para elaborar uma Geografia menos adjetiva e mais substantiva que nos permita, como já alertava Tarde (1895), não deixar a pressa pela sombra e as realidades pelas palavras, de modo a construir uma visão constitutiva dos fenômenos que devemos enfrentar e permitir que a Geografia seja um saber capaz de compreender e ajudar na transformação do mundo.

Contribuições dos autores (CRediT): Todas as etapas foram elaboradas, desenvolvidas e revisadas pela única autora do artigo, Maria Laura Silveira. A autora, portanto, elaborou a metodologia, a análise, a coleta e a produção de dados, a escrita (primeira versão) e a revisão da edição. A versão final, portanto, foi elaborada e corrigida pela única autora do artigo.

Disponibilidade de dados: não se aplica.

Financiamento: As pesquisas realizadas para a elaboração do presente artigo foram realizadas no exercício do cargo de Investigadora Principal de CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas), com sede no Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires.

Uso de inteligência artificial: A autora declara não ter utilizado ferramentas de inteligência artificial de forma relevante na elaboração do manuscrito ou na realização da pesquisa.

Conflito de interesse: A autora declara não haver conflito de interesse.

Referências

ALTHUSSER, L. Sobre o trabalho teórico. Lisboa: Presença, 1967. 115 p.

ARENDT, H. De la historia a la acción. Buenos Aires: Paidós, 2005. 171 p.

ARROYO, M. A transição em marcha: o desafio às formações socioespaciais do Sul. In: ARROYO, M.; SILVA, A. M. B. (Ed.). Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 67-78.

BERGER, G. Phénoménologie du Temps et Prospective. Paris: PUF, 1964. 288 p.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C. e PASSERON, J.-C. El oficio del sociólogo. Presupuestos epistemológicos. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011. 423 p.

CORRÊA DA SILVA, A. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, M. e SOUZA, M. A. A. (Ed.). O espaço interdisciplinar. São Paulo: Nobel, 1986, p. 25-37.

DHOQUOIS, G. La formation économico-sociale comme combinaison des modes de production. La Pensée, n. 159, p. 67-71, 1971.

DURKHEIM, É. Las reglas del método sociológico. Barcelona: Orbis, Colección Historia del Pensamiento, 1985. 209 p.

GALLISSOT, R. Contre le fétichisme. La Pensée, n. 159, p. 59-66. 1971.

GLUCKSMANN, C. Mode de production, Formation économique et sociale, Théorie de la Transition. A propos de Lénine. La Pensée, n. 159, p. 50-58, 1971.

GODELIER, M. Qu´est-ce que définir une «formation économique et sociale»? L´exemple des Incas. La Pensée, n. 159, p. 99-106. 1971.

GODELIER, M. Rationalité et irrationalité en économie. 2 Ed. Paris: Maspero, 1966. 293 p.

GOLDMANN, L. Dialética e Cultura. 2 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 197 p.

GOLDMANN, L. Le Dieu caché. Étude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine. 3 Ed. Gallimard: Paris, 1985. 462 p.

GONÇALVES, C. W. P. A geografia está em crise. Viva a geografia! Boletim Paulista de Geografia, n. 55, p. 5–30, 2017. https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1050

GOTTMANN, J. De la méthode d´analyse en Géographie Humaine. Annales de Géographie, n. 301, LVI, p. 1-12, 1947.

GUILLEBAUD, J.-C. La traición de la ilustración. Investigación sobre el malestar contemporáneo. Buenos Aires, Manantial, 1995. 199 p.

HEIDEGGER, M. Aportes a la filosofía. Acerca del evento. Buenos Aires: Biblioteca Internacional Heidegger, Biblos, 2003. 415 p.

HERZOG, P. Le point de vue d´un économiste. La Pensée, n. 159, p. 78-82. 1971.

HUSSERL, E. A ideia da fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 1990. 133 p.

ISNARD, H. O espaço geográfico. Coimbra, Lisboa: Almedina,1982. 257 p.

JASPERS, K. Filosofía de la existencia. 2 Ed. Buenos Aires: Aguilar, 1980.

KOSIK, K. Dialética do concreto. 2 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 230 p.

LABICA, G. Quatre observations sur les concepts de mode de production et de formation économique de la société. La Pensée, n. 159, p. 88-98, 1971.

MACHADO, T. A.; COSTA, J.D.A. e SILVA, M.F.S. O “paradigma da formação” e a geografia brasileira: contribuições geográficas à interpretação do Brasil. Terra Livre, v. 39, n. 62, p. 154-192, 2024.

MAFESSOLI, M. Elogio de la razón sensible. Una visión intuitiva del mundo contemporáneo. Buenos Aires: Paidós, 1997. 270 p.

MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã. 2 Ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001. 119 p.

MARX, K. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858. 10 reimp., Madri-México: Siglo XXI, 2011.

MASSEY, D. Spatial divisions of labour social structures and the geography of production. 2 Ed. Londres: Macmillan Education, 1987. 386 p.

MERLEAU-PONTY, M. Las aventuras de la dialéctica. Buenos Aires: La Pleyade, 1974. 253 p.

MORAES, A. C. R. Território na Geografia de Milton Santos. São Paulo: Annablume, 2013. 126 p.

MOREIRA, R. Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007. 189 p.

MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 5 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PEREIRA, C. S. S. A categoria “formação socioespacial” na obra de Milton Santos: usos, significados e desdobramentos analíticos. Revista da ANPEGE, v. 19, nº. 38, p. 2-43, 2023. DOI: 10.5418/RA2023.V19I38.16073

RIBEIRO, A. C. T. Por uma sociologia do presente. ação, técnica, espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. 142 p.

RIBEIRO, A. C. T. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, C. A. (Ed.). Território e ação social: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 19-34.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SANTOS, M. Espaço e Sociedade (Ensaios). 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156 p.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Território, Laboratório de Gestão do Território - LAGET, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano IV, nº 6, p. 5-20, 1999.

SANTOS, M. O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo. São Paulo: Hucitec, 1978. 113 p.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3 Ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 236 p.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Record, Rio de Janeiro, 2000. 174 p.

SANTOS, M. Society and Space: social formation as theory and method. Antipode, vol. 9, n. 1, p. 3-13. 1977.

SANTOS, M. Técnica, Espaço e Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M.L. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001, 473 p.

SARTRE, J.-P. Crítica de la Razón Dialéctica. Precedida de Cuestiones de Método. 3 Ed., Buenos Aires: Losada, 1979. T. 1. 485 p.

SASSEN, S. Territorio, autoridad y derechos. De los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales. Buenos Aires: Katz, 2010. 599 p.

SAUER, C. Desenvolvimentos recentes em Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Ed.). Geografia Cultural: um século (I). Rio de Janeiro: Eduerj, 2000, p. 15-98.

SCHUTZ, A. Estudios sobre teoría social (BRODERSEN, A., comp.). Buenos Aires: Amorrortu, 1974. 277 p.

SERENI, E. La categoría de "formación económico-social". Cuadernos de Pasado y Presente. In: Sereni, E. et al., El concepto de "formación económico-social", n. 39, p. 55-95, 1973.

SILVEIRA, M. L. Región y división territorial del trabajo: desafíos en el período de la globalización. Investigación & Desarrollo, Revista del Centro de Investigaciones en Desarrollo Humano, Universidad del Norte, Barranquilla, v. 17, n° 2, p. 434-455, 2009. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-32612009000200010&lng=en&nrm=iso

SILVEIRA, M. L. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: SILVA, C. A. (Ed.). Território e ação social: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina-FAPERJ, 2011, p. 35-51.

SIMMEL, G. Problemas fundamentales de la Filosofía. Andalucía: Espuela del Plata, 2006. 205 p.

SIMMEL, G. Sobre la individualidad y las formas sociales. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2002. 460 p.

TARDE, G. As leis da imitação. 2 Ed., Porto: Rés, 1895. 436 p.

TEXIER, J. Désaccords sur la définition des concepts. La Pensée, n. 159, p. 72-77, 1971.

VALLAUX, C. Les sciences geógraphiques. 2 Ed., Paris: Félix Alcan, 1929.

VASCONCELOS, P. A. O universo conceitual de Milton Santos. Curitiba: CRV, 2020. 216 p.

VIEILLE, P. L´espace global du capitalisme d´organisation. Espaces et Sociétés, n. 12, p. 3-32, 1974

WEBER, M. Sobre la teoría de las ciencias sociales. México: Coyoacán, 1a. reimp., 2006. 160 p.

SOBRE A AUTORIA

María Laura Silveira

É Pesquisadora Principal do CONICET no Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires (Argentina) e Professora no Programa de Pós-Graduação da mesma universidade. Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (1997) e graduada em Geografia pela Universidad Nacional del Comahue (1988). Foi Professora na Universidade de São Paulo e Pesquisadora do CNPq. Atua nas áreas de Geografia Urbana, Geografia Econômica, Geografia Regional e Epistemologia da Geografia. Desenvolve pesquisas sobre uso do território, circuitos da economia urbana, formação de áreas concentradas na Argentina e na América Latina e na análise de categorias e conceitos da Geografia.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7441-6971

E-mail: maria.laura.silveira.1@gmail.com